

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019

Instituto Democracia e Sustentabilidade
www.idsbrasil.org

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019



SUMÁRIO

Mensagem do Presidente	4
Equipe IDS	5
Institucional	6
IDS em 2019	6
Iniciativas:	
1 - Democracia e Desenvolvimento Sustentável	7
1.1 Pacto Federativo: municípios para a Agenda 2030	7
1.2 Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030	9
1.3 Soluções Inovadoras para o Desenvolvimento Sustentável	9
1.4 III Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável	10
1.5 O papel dos Tribunais de Contas para o Desenvolvimento Sustentável	11
1.6 Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável	11
1.7 Debate Público sobre os ODS e Economia Solidária	11
2 - Radar Clima e Sustentabilidade	12
2.1 Ações de incidência	12
2.2 RAC - Rede de Advocacy Colaborativo	14
2.3 Parceria com o portal de notícias Congresso em Foco	14
3 - Segurança Hídrica	16
3.1 Tarifa como instrumento para universalizar o saneamento básico	17
3.2 Articulações e Debates	19
3.3 PL do novo marco legal do Saneamento	20
Mídia e Opinião	21
Ações em Rede e Parcerias	25
IDS 10 anos	26
Resultados Financeiros	27

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O IDS comemorou em 2019 seus 10 anos de trajetória, representando, assim, um marco histórico importante de alegria e, ao mesmo tempo, de profunda reflexão sobre a contribuição do Instituto para o avanço da democracia e da sustentabilidade no Brasil.

Exercendo seu papel de *think tank* socioambiental, nós fomos capazes de, juntamente com nossos parceiros, colaborar para o desenvolvimento de um trabalho colaborativo e em rede, produzindo conhecimento de qualidade e pressionando em favor de mudanças efetivas nas políticas públicas e na realidade das pessoas.

Foram inúmeros trabalhos, desde a publicação da Plataforma Brasil Mais Democrático e Sustentável, propondo um projeto estruturante de país tratando desde políticas sociais, na área da saúde, até a política externa; as articulações e propostas para a Amazônia; a redução do desmatamento e uma economia de baixo carbono; e a participação na fundação de diferentes alianças importantes, como a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, a Aliança pela Água e o Observatório das Águas. Enfim, o risco de ser injusto e esquecer de muitas iniciativas é enorme.

De toda forma, essa reflexão e o olhar para o retrovisor nos permite concluir que o Instituto foi capaz de entregar à sociedade uma contribuição formidável no campo socioambiental, sempre tendo em vista a indissociabilidade entre os valores da democracia e os da sustentabilidade. Não há caminho para o desenvolvimento sustentável fora dos trilhos da democracia, assim como não é possível pensar em um mundo mais democrático sem inserir a sustentabilidade como eixo central.

Olhar para essa trajetória nos permite encarar o futuro e ter certeza do potencial do IDS e da contribuição já em construção. O ano de 2019 foi emblemático, com um conjunto de iniciativas essenciais do Instituto que impõe a obrigação de continuidade e de acompanhamento de seus desdobramentos ao longo de 2020. Junto com seus parceiros, o IDS deu início ao projeto “Pacto Federativo: Municípios para a Agenda 2030”, tratando as dificuldades que os governos locais têm de implementar políticas públicas que gerem bem-estar e desenvolvimento, com especial atenção aos ODS e às políticas de clima.

Também demos prosseguimento aos trabalhos no eixo de Segurança Hídrica com algumas frentes importantes, em especial com a elaboração de recomendações para que a tarifa da Sabesp seja um instrumento potente para a universalização do saneamento básico, além da estruturação de uma estratégia para instrumentalizar os municípios com ferramentas para uma gestão sustentável das águas.

Outra iniciativa extremamente relevante foi o projeto “Radar Clima e Sustentabilidade”, também executado a partir de um conjunto de parceiros como o Congresso em Foco e a Rede de Advocacy Colaborativo, executando um *advocacy* vigilante no Congresso Nacional e, na conjuntura atual, atento a toda e qualquer tentativa de desmonte da agenda socioambiental construída com muito suor de toda a sociedade brasileira ao longo de muitos anos.

Por fim, escrevo essa mensagem em um momento extremamente delicado para toda humanidade, um momento de enfrentamento a uma pandemia causada pelo novo coronavírus. Esse momento de distanciamento social permite, ao menos, uma quietude que favorece nossos pensamentos mais profundos. Ao longo desses 10 anos de sua existência, o IDS há de se orgulhar pelo legado que construiu, tendo clareza da importância de sua atuação em um campo tão central para o desenvolvimento do Brasil. Momentos de dificuldade como esse, por conta da Covid-19, trazem à tona a urgência de posturas que estão no DNA do Instituto: a colaboração, o espírito de comunidade, a democracia, a transparência, a informação e um chamado a uma vida mais sustentável, que permita alcançar o bem-estar hoje sem destruir essas condições para as gerações futuras. 2020 será um ano difícil, que exigirá resiliência e união, e é com esse espírito que o IDS atuará.

Boa leitura!

Ricardo Young

Presidente do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS)

EQUIPE IDS

Associados

Adriana de Carvalho Barbosa Ramos Barretto
Alexandra Reschke
Alexandre de Almeida Youssef
Alfredo Helio Sirkis
Altair Assumpção
Alvaro Antonio Cardoso de Souza
Ana Valéria Nascimento Araújo Leitão
André Rodolfo de Lima
Bazileu Alves Margarido Neto
Carlos Alberto Ricardo
Carlos Antonio Rocha Vicente
Eduardo Giannetti da Fonseca
Eduardo Rombauer van den Bosch
Eduardo Viveiros de Castro
Gabriela Barbosa Batista
Gilberto Câmara
Gisela Maria Moreau
Guilherme Peirão Leal
Jane Maria Villas Bôas
João Paulo Ribeiro Capobianco
Jorge Luiz Numa Abrahão
José Adalberto O. Veríssimo
José Rubens Pereira Gomes
Juliana Cassano Cibim
Márcio José Brando Santilli
Maria Alice Setubal
Maria Osmarina
Marina da Silva Vaz de Lima
Maristela Bezerra Bernardo
Marussia Whately
Muriel Saragoussi
Oded Grajew
Paulo Henrique Ribeiro Sandroni
Pedro Ivo de Souza Batista
Pedro Wilson Leitão Filho
Raimundo Sergio Barros Leitão
Ricardo Cavaliere Guimarães
Ricardo Young Silva
Roberto Isao Kishinami
Samyr Cury
Suzana Machado Pádua
Tasso Azevedo

Conselho Diretor

Adriana de Carvalho B. Ramos Barretto
Alexandra Reschke
Altair Assumpção
João Paulo R. Capobianco (Vice-Presidente)
Ricardo Young Silva (Presidente)
Roberto Isao Kishinami
Suzana Machado Pádua

Conselho Fiscal

Paulo Afonso Garcia
Paulo Cesar Werneck

Equipe Executiva

Coordenadora Executiva

Carolina Riberti Mattar

Coordenador de Pesquisa

Guilherme Barbosa Checco

Coordenador do Projeto Radar Clima e Sustentabilidade

André Lima

Assessora de Comunicação

Aline Souza
(Tainah Fernandes, de junho a dezembro de 2019)

Secretária administrativa

Elisabete Fernandes

INSTITUCIONAL



O Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS é uma organização da sociedade civil, plural e apartidária que nasceu do desejo de um grupo de lideranças políticas, empresariais, acadêmicas e sociais, referências no campo socioambiental, de fazer convergir e potencializar ideias e propostas que contribuam para aprofundar a democracia e colocar a sustentabilidade como valor central para a vida no século XXI. Dessa forma, o propósito da organização é estimular reflexões e propor ações que tenham como foco a convergência desses dois valores, visando ao desenvolvimento do país. Há 10 anos o IDS atua como *think tank* socioambiental por meio da gestão e produção de conhecimento e da formulação e aprimoramento de políticas públicas.

O IDS em 2019

O IDS atua em agendas que considera prioritárias para o desenvolvimento do país. Trabalhamos de forma integrada com diversas organizações do terceiro setor e parceiros da iniciativa privada, com o poder público e com instituições acadêmicas a fim de promover ações que qualifiquem o nível do debate público sobre questões que afetam diretamente a vida de todos nós. As ações de enfrentamento à crise climática, a consolidação do protagonismo de governos locais no âmbito do Pacto Federativo Constitucional, aliada à agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, e a garantia de direitos para a população brasileira foram o grande agente motivador da nossa atuação ao longo do ano. Essas práticas ganharam sentido maior de urgência com os desastres ambientais que assaltaram o Brasil em 2019, como o rompimento da barragem de Brumadinho, as queimadas na Amazônia e o derramamento de óleo nas praias do Nordeste.

Todas as iniciativas foram realizadas dentro de três eixos centrais de atuação, que permitiram a continuidade e o aprofundamento da missão do IDS, que é ser um ator relevante da sociedade civil para a construção de um novo acordo social que tenha a democracia e a sustentabilidade como foco. São eles:

Democracia e Desenvolvimento Sustentável

Radar Clima & Sustentabilidade

Segurança Hídrica

Para cada uma das iniciativas que o IDS desenvolveu em 2019 destacam-se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com os quais sua atuação está relacionada.

1. DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 2019, o IDS continuou atuando em duas agendas prioritárias, com o objetivo primeiro de fortalecer a democracia: a Agenda 2030 e a agenda do Pacto Federativo. Ambas surgem do reconhecimento de que a sociedade civil tem e terá um papel indispensável para alcançarmos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e, para isso, precisará propor soluções para o aprimoramento de políticas públicas e de instrumentos de gestão que sejam capazes de superar os atuais desafios que o Brasil enfrenta, especialmente quanto à superação das desigualdades e quanto ao combate às mudanças climáticas. Entendemos que a participação social e o apoio à gestão pública local são fundamentais para que os governos, em parceria com outros setores, implementem a Agenda 2030 na sua amplitude e totalidade.



Os mecanismos da governança federativa e o protagonismo descentralizado dos governos locais com relação aos compromissos brasileiros com o Acordo de Paris, com a Nova Agenda Urbana e com a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável são, portanto, chave no processo de fortalecimento da democracia brasileira. Nesse sentido, o IDS vem articulando parceiros e trabalhando em rede para que a vontade política expressa nesses compromissos se concretize de forma transparente e no território, gerando, assim, incentivos a ciclos e cadeias de valor positivos - com processos produtivos sustentáveis, melhor aproveitamento dos recursos, redução do desperdício e regeneração dos ecossistemas - para cidades resilientes e uma economia inclusiva e aliada ao meio ambiente.

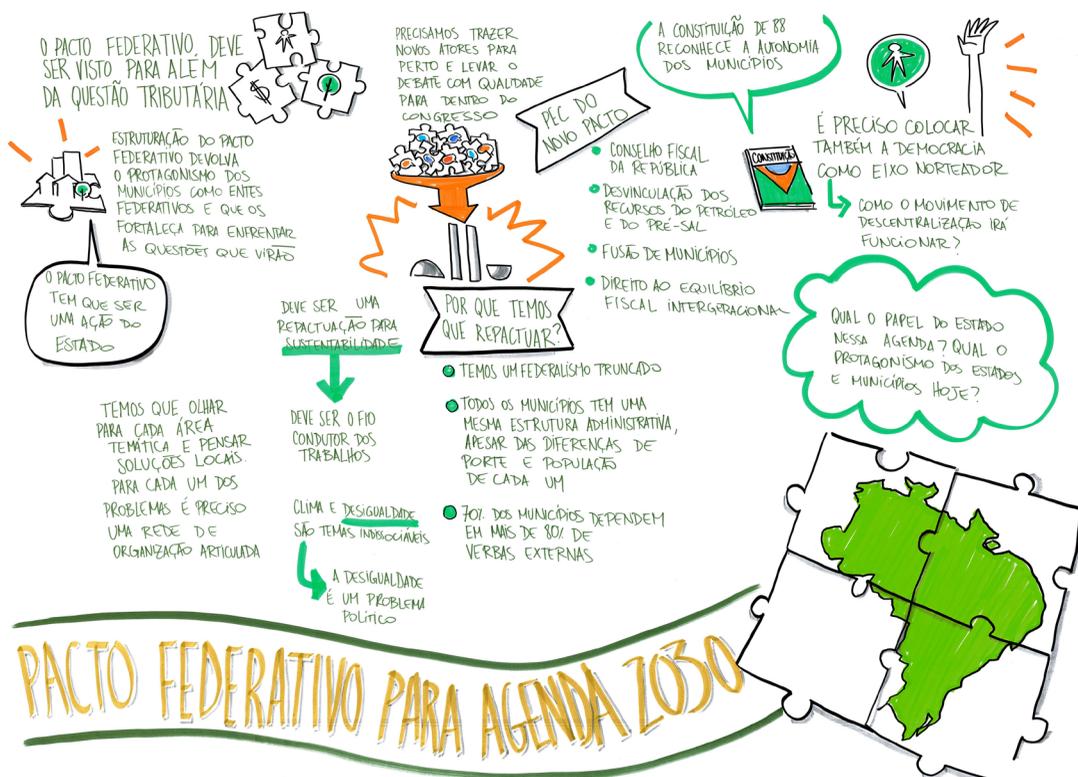
1.1 Pacto Federativo: Municípios para a Agenda 2030

O IDS vem trabalhando o tema Pacto Federativo desde 2018, quando firmou parceria com o Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA). De lá para cá, a iniciativa seguiu em pleno desenvolvimento e, em 2019, ganhou o reforço de outras organizações que atuam no campo socioambiental e na defesa dos valores democráticos para que, com um amplo processo de diálogo, fosse possível construir uma agenda convergente capaz de orientar a ação coletiva por um Brasil mais democrático e sustentável. São elas: Iclei - Governos Locais pela Sustentabilidade, Instituto Ethos, Instituto Escolhas e o Programa Cidades Sustentáveis, além do próprio IEA-USP, junto com seu núcleo Cidades Globais.

Como resultado dessa parceria e trabalho, no mês de novembro de 2019, o IDS realizou o seminário **“Pacto Federativo para Agenda 2030 - O papel dos governos locais frente à crise climática”**, o primeiro de um ciclo de cinco debates que tem como objetivo discutir os mecanismos do pacto federativo e sua melhoria para a construção de um país mais democrático e sustentável. Debater o Pacto Federativo é tarefa complexa que exige compreender os diferentes vetores que se interconectam nesse grande arranjo. Entre os maiores gargalos para a promoção de um desenvolvimento que supere as desigualdades e promova o bem-estar estão não apenas as questões tributárias e orçamentárias, mas também a governança e capacidade de implementação de políticas públicas.



Créditos: IDS/Unibes



Por isso, o primeiro seminário do Pacto Federativo para Agenda 2030, que aconteceu em São Paulo com o apoio da Unibes Cultural, buscou ouvir autoridades políticas, gestores públicos e especialistas sobre os entraves e possíveis soluções para que os governos locais exerçam a sua autonomia. O debate, que pode ser visto na íntegra no [canal Youtube do IDS](#), contou com a presença de Eduardo Jorge, ex-secretário do Verde e Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo; de Eduardo Tadeu, diretor executivo da ABM (Associação Brasileira de Municípios); Débora Almeida, prefeita de São Bento do Una (PE) e líder RAPS; Glauber Piva, chefe de gabinete da Secretaria Executiva do Consórcio Nordeste; Daniel Montandon, consultor em planejamento urbano da ONU-Habitat; Tatiana Araújo, assessora sênior do CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável); Nayara Freire, analista de Estudos Econômicos da Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro); Marcelo Cabral, gerente do Programa de Cidades e Territórios do Instituto Arapyáú; e Sebastião Tojal, professor e sócio fundador da Tojal Renault Advogados Associados.



Créditos: IDS

O ano de 2020 espera por mais quatro debates e a consolidação desse processo de diálogo se dará com a apresentação de uma agenda convergente de propostas para o aprimoramento da governança federativa no Brasil, tendo como atores centrais os governos locais e os cidadãos.

1.2 Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030

O GT Agenda 2030 nasceu do processo de diálogo e formulação da Agenda 2030, liderado pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 2015 e depois ratificado pelos seus 193 Estados-membros. A sociedade civil brasileira, que participou ativamente dessa construção, se reuniu então nesse grupo de trabalho para promover e acompanhar a sua implementação no país. Formado por um conjunto amplo de organizações, fundações, coletivos e movimentos, o GT está presente em todas as regiões brasileiras e conta atualmente com o apoio da União Europeia para realização de diversas ações.

O IDS é co-facilitador da rede, junto com a ACT Promoção de Saúde e a Gestos - Comunicação, Soropositividade e Gênero, contribuindo, assim, com diversas iniciativas e propostas ao longo de 2019 que buscaram dar visibilidade e garantir a implementação do acordo pelos governos e outros atores.

1.3 Soluções Inovadoras para o Desenvolvimento Sustentável

Em 2019, o IDS, com parceiros do GT Agenda 2030, identificaram **10 soluções inovadoras de diferentes regiões do Brasil** que contribuem para alcançarmos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, especialmente as que beneficiam diretamente as mulheres. As soluções foram apresentadas no **I Seminário de Soluções Inovadoras para o Desenvolvimento Sustentável**, realizado em 8 de agosto. O objetivo do evento foi o de unir em um único lugar investidores e os criadores das soluções para que esses projetos possam se expandir e impactar mais pessoas. A publicação **Soluções Inovadoras para o Desenvolvimento Sustentável** com as 10 finalistas está disponível online.

A curadoria das soluções foi feita de forma colaborativa, envolvendo outras quatro organizações membro do GT – Gestos, Casa Fluminense, Plan International Brasil e REBRAPD - Rede Brasileira de População e Desenvolvimento – e dois representantes de organizações de fora do grupo – Bemtevi Negócios Sociais e Instituto C&A. As soluções são reflexo da criatividade e do desejo de transformação da sociedade brasileira, que toma pelas próprias mãos a responsabilidade por fazer avançar agendas positivas em um cenário de muitos desafios para as pautas socioambientais, inspirando a todos. São elas:

“Costurando vidas – capacitação em costura, bordado e artesanato sustentável para mulheres em vulnerabilidade social”, de Itabira (MG);

“Arquitetas em Casa”, de Ilha do Maranhão, Região Metropolitana de São Luís (MA);

“Mãostiqueiras”, da cidade de São José dos Campos (SP);

“Centro de Referência Indígena Ikolen e Karo”, no município de Ji-Paraná (RO);

“Circuitos de Comercialização Agroecológica - Fortalecimento da Agricultura Familiar Agroecológica”, que funciona hoje em seis estados da Rede Ecovida (SP, MG, BA, SC, RS e PR);

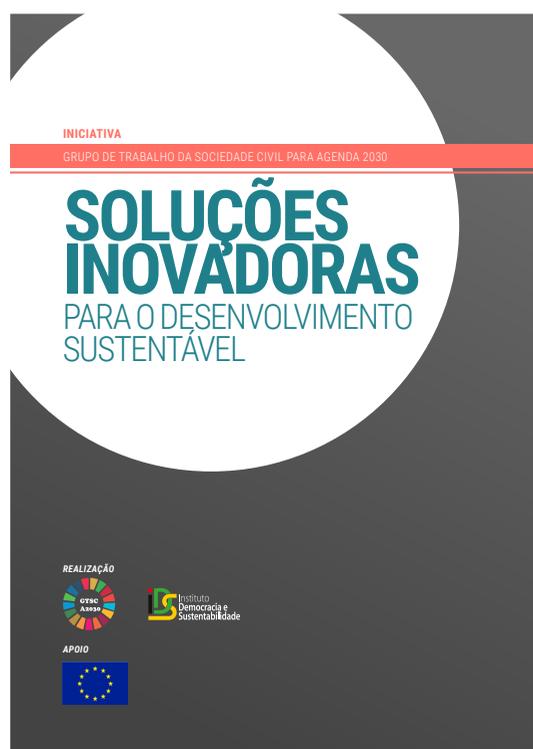
“Redes de Produção Agroecológica Solidária”, do Território do Baixo Tocantins, no Pará;

“Sistema Rac/Saf”, em operação no semiárido pernambucano, trabalhando com questões de água e abastecimento;

“Aqualuz”, que atende cidades nos estados da Bahia, Ceará, Alagoas e Pernambuco;

“Plantando Jardins Filtrantes e Água Boa”, do bairro Caputera, limite entre os municípios de Cotia, Embu das Artes e Itapeverica da Serra, na grande São Paulo.

“Teia da Sustentabilidade”, de Icapuí (CE).



1.4 III Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável

O monitoramento do avanço da Agenda 2030, bem como de qualquer plano de ação do governo e outros compromissos do Estado, é fundamental para a adoção dos mecanismos e políticas públicas adequados e mais eficientes para a sua realização. Faltam 10 anos para o prazo estabelecido globalmente acabar e os Objetivos e Metas para o Desenvolvimento Sustentável estão muito distantes de serem atingidos no Brasil. O plano é ambicioso e, por isso, são necessários muitos atores envolvidos e colaborando para a sua execução. A integralidade e a indissociabilidade da Agenda também impõem um papel importante tanto para o governo central, do ponto de vista da coordenação, incentivo e monitoramento dos múltiplos esforços pluri-federativos, como para a sociedade civil brasileira, de quem é o principal e último interesse para que a Agenda avance em todo o território nacional **#semdeixarninguémparatrás**.

Faltam instrumentos abrangentes e integrados de monitoramento e controle. O Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 cumpre, então, novamente, um papel essencial com a produção da 3ª edição do **Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável**. A publicação traça um diagnóstico sobre a implementação, no Brasil, dos 17 ODS, além de um estudo de caso sobre o caso de Brumadinho que, em 2019, impactou drasticamente a vida de milhares de famílias e gerou danos socioambientais dificilmente reparáveis.



O IDS coordenou a análise sobre a implementação dos ODS 6 (Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos) e do ODS 13 (Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos). Recomendamos a leitura desses capítulos e de todos os demais ODS.



Representantes de organizações-membros do GT Agenda 2030 após o lançamento do III Relatório Luz na Universidade Federal de Brasília.

1.5 O papel dos Tribunais de Contas para o Desenvolvimento Sustentável

O GT da Agenda 2030 se comprometeu a organizar oficinas com Tribunais de Contas de cinco estados e das diferentes regiões do país. Em São Paulo, a oficina **“O Papel dos Tribunais de Contas para o desenvolvimento sustentável - O caso prático da educação: Gestão de indicadores e controle social”** foi realizada pelo IDS em parceria com o Observatório do Futuro, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), com o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP), reunindo

representantes de municípios e de entidades civis do estado paulista com especialistas em avaliação de contas. O objetivo do evento foi esclarecer como os gestores públicos podem monitorar os seus indicadores e as contas públicas à luz dos ODS. A Agenda 2030, quando aplicada à rotina e ao orçamento das cidades, também favorece o controle social e a visão integrada sobre os investimentos dos governos municipais, a fim de gerar mais transparência da administração.

1.6 Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

Em 2019, o IDS esteve presente também no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (*High Level Political Forum*), em Nova York, no mês de julho. O evento reuniu representantes de governos, organismos multilaterais e organizações da sociedade civil de todo o mundo para debater a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para a Agenda 2030 em cada país. Representando o GT da Agenda 2030 no evento paralelo *“How can SDGs thrive in adverse political contexts?”*, realizado

na sede da Visão Mundial, em Nova York, Carolina Mattar, coordenadora executiva do IDS, enfatizou o papel estruturante da sociedade civil, plural e diversa no aprofundamento da democracia e na promoção e monitoramento de políticas públicas para a efetiva implementação da Agenda no Brasil, em um contexto notório de enfraquecimento das instituições públicas, esvaziamento dos órgãos de controle e negação de direitos às populações mais vulneráveis e aos povos originários.

1.7 Debate Público sobre os ODS e Economia Solidária

Belo Horizonte recebeu, em agosto de 2019, o primeiro de 10 debates públicos do GT Agenda 2030. A atividade foi coordenada pelo IDS, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e a organização Moradia e Cidadania, tendo como foco debater os processos e benefícios da economia solidária e da ação local que tornam o ODS 12 (Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis) um elo para o atingimento de

outros ODS. Dinâmicas locais de economia circular, redes de produção solidárias e fortalecimento dos instrumentos e incentivos da gestão municipal estiveram no centro do diálogo, pois, juntas, essas soluções oferecem respostas concretas para o crescimento econômico, a redução das desigualdades e o uso responsável dos recursos naturais.

2. RADAR CLIMA & SUSTENTABILIDADE



O Governo Federal vem se esforçando para alterar o marco legal da política socioambiental brasileira, agindo de forma acelerada para retroceder no campo dos direitos dos povos tradicionais, das políticas públicas de conservação do meio ambiente e da agenda climática, ignorando os riscos para as atuais e futuras gerações. Em face a esse desafio, o IDS atua em Brasília por meio de seu projeto **#Radar Clima & Sustentabilidade**, coordenado pelo advogado e associado fundador do IDS, André Lima. A premissa é de que precisamos atuar fortemente, em consonância com as ações do legislativo, a fim de formar uma sólida aliança de controle social que dê conta de fortalecer a defesa dos direitos e das políticas de proteção socioambiental.

Nesse sentido, o Congresso Nacional tem papel determinante para não só manter os direitos conquistados na pasta do meio ambiente nos últimos 30 anos, como também para tratar a crise climática e a resiliência do Brasil daqui para frente. O projeto #Radar Clima

& Sustentabilidade desenvolve novas estratégias de advocacy, mapeando pautas importantes, identificando oportunidades de atuação em defesa de conquistas já consolidadas e fortalecendo o trabalho das organizações da sociedade civil e de ações em rede que ampliem o alcance de tais estratégias.

O #Radar promove agendas que levam mais transparência e visibilidade aos temas debatidos pelo parlamento com o objetivo de permitir uma participação e mobilização mais efetiva da sociedade civil, em especial para cobrar de seus representantes uma atuação positiva e proativa quanto aos temas clima e meio ambiente.

O IDS não tem nenhuma vinculação partidária, nem realiza ações em benefício de candidatas(os), partidos políticos ou interesses privados, visando fortalecer a participação democrática na tomada de decisão política e qualificar o debate público em temas relevantes para a sociedade.

2.1 Ações de incidência

O projeto #Radar elegeu algumas prioridades de trabalho em função das principais ameaças em 2019: (1) Projeto de Lei Geral de Licenciamento Ambiental (PL 3729/2004 na Câmara e PLS 168/2018 no Senado); (2) Código Florestal (MPs 867, 884, PL 2326/2019); (3) Desmatamento e questão fundiária na Amazônia; (4) Projeto de Lei de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA; e (5) Política de Mudanças Climáticas.

Buscando incidir sobre esses temas, o IDS participou ativamente de diversos debates, audiências públicas, reuniões técnicas, cafés da manhã e reuniões com parlamentares e assessores, como as reuniões técnicas do grupo de apoio à Frente Parlamentar Ambientalista no Congresso Nacional (WWF Brasil, Greenpeace, SOS Mata Atlântica, Instituto Socioambiental e outros); reuniões bilaterais com representantes das instituições participantes das diferentes redes e grupos acima referidos, parlamentares e assessores; participação em oficina de planejamento com membros da Coordenação Executiva do Observatório do Clima; reuniões com membros do Observatório do Código Florestal sobre a MP 867; além de acompanhar as reuniões das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara, da Comissão de Meio Ambiente do Senado e as sessões Plenária da Câmara e do Senado. Representado

por André Lima ou por João Paulo Capobianco, vice-presidente do IDS, o #Radar ocupou espaços de fala em diversas audiências públicas e debates sobre projetos de lei e emendas parlamentares. Alguns destaques são apresentados a seguir.

Licenciamento Ambiental

O Projeto #Radar influenciou - com forte protagonismo dos ex-ministros do Meio Ambiente, do Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara e das organizações colaboradoras da Frente Parlamentar Ambientalista - na pressão sobre o Presidente da Câmara dos Deputados quanto à decisão de criação de um grupo de trabalho para aprimorar a proposta de lei de Licenciamento Ambiental, resultando na realização de mais 10 audiências públicas em Brasília entre junho e agosto de 2019, e uma em São Paulo, em parceria com o mandato da deputada Marina Helou (REDE) e a Frente Parlamentar Ambientalista, o WWF Brasil, o Instituto Socioambiental - ISA e a SOS Mata Atlântica. **O Seminário sobre o Projeto de Lei Geral de Licenciamento Ambiental**, realizado na Alesp, envolveu diversas organizações da sociedade civil e parlamentares para debater um dos mais importantes e estratégicos projetos de lei em discussão no Congresso

Nacional e que afeta diretamente o desenvolvimento do país. Essa mobilização coletiva e colaborativa foi essencial para a paralisação e não aprovação das piores propostas que estavam sendo apresentadas até então em 2019. O desdobramento desse esforço feito em 2019 é que hoje (março 2020) conseguimos avançar em uma negociação

muito mais equilibrada e produtiva tanto na Câmara quanto no Senado, com a Confederação Nacional de Agricultura e a Confederação Nacional das Indústrias, além das Frentes Ambientalista e da Agropecuária no Congresso.



Da esquerda para direita: Mario Mantovani (SOS Mata Atlântica), Dep. Federal Nilto Tatto (PT), Dep. Estadual de SP Marina Helou (REDE), André Lima (IDS), Dep. Federal Rodrigo Agostinho (PSB) e Dep. Estadual de SP Caio França (PSB).

Código Florestal

Com relação à MP 867, em apoio ao trabalho de advocacy do **Observatório do Código Florestal** e ao GT de colaboradores da Frente Parlamentar Ambientalista, o #Radar apoiou o trabalho de produção de conteúdo, produção de material técnico e de comunicação, bem como a realização de reuniões com assessores parlamentares para esclarecimento e aprimoramento da proposta apresentada. No Senado, a MP 867 não foi votada em função da forte mobilização social e midiática que causou muitas dúvidas entre os senadores a ponto de não aceitarem a pressão ruralista para a implementação, seguindo-se a não alteração do Código Florestal.

Desmatamento e questão fundiária na Amazônia

O IDS também colaborou na organização do **Seminário Desmatamento e Queimadas na Amazônia: tendências, dinâmicas e soluções**, realizado na Câmara dos Deputados, que contou com a presença de parlamentares, representantes de entidades da sociedade civil organizada e especialistas de órgãos governamentais ligados às questões climáticas para debater a crise que tomou conta da Floresta Amazônica no ano de 2019. O IDS também esteve presente no **Seminário Agronegócio e Diplomacia Ambiental**, a convite de Rubens Barbosa, embaixador e presidente do Instituto de

Relações Internacionais e Comércio Exterior (IRICE), uma das organizações que promoveu o evento em parceria com a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). O tema foi assunto de diversas outras reuniões, debates e articulações, que mantiveram a sociedade civil vigilante e atenta aos retrocessos que se impunham no marco legal da política ambiental brasileira, somado ao desmonte dos órgãos de controle e à negação dos dados do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), gerando o aumento alarmante dos níveis de desmatamento, noticiados no Brasil e no mundo.

Pagamento por Serviços Ambientais

No caso do Projeto de Lei de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, o IDS preparou para a **Coalizão Brasil Florestas, Clima e Agricultura** uma relação de parlamentares potencialmente aliados das pautas agroambientais da Coalizão e, em apoio ao trabalho por ela desenvolvido, marcou presença em reuniões da SubComissão Agroambiental que culminaram na aprovação do PL de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), em setembro de 2019. O PSA visa transferir recursos àqueles que voluntariamente ajudam a conservar os ecossistemas. Desde outubro o Projeto #Radar colabora com a Coalizão nas discussões técnicas no Senado para seu aprimoramento.

Política de Mudanças Climáticas

Por iniciativa do IDS, o #Radar Clima & Sustentabilidade, com o apoio da RAC e de organizações que atuam no campo socioambiental, a Comissão de Meio Ambiente do Senado aprovou a decisão de realizar uma avaliação da **Política Nacional de Mudança Climática** ao longo do ano de 2019. Foram quase uma dezena de reuniões técnicas e audiências públicas que resultaram no **relatório aprovado em dezembro e levado à COP 25 em Madri**, apresentado pelo senador Fabiano Contarato. O relatório lançado no evento denunciou o desmonte das políticas socioambientais e os ataques do próprio governo federal aos seus órgãos de proteção e monitoramento, ocorridos no Brasil em 2019. A Comissão de Meio Ambiente recomendou também a reativação das estruturas institucionais, com a garantia de recursos humanos, técnicos e financeiros para o pleno funcionamento dos órgãos. Destaque para as recomendações mais estratégicas:

(a) *proposição de uma Proposta de Emenda Constitucional “PEC do Clima”, para inserir o enfrentamento e a adaptação às mudanças climáticas no artigo 170 da CF de 1988, no Capítulo da Ordem Econômica e Financeira Nacional;*

(b) *Proposta de um Projeto de Lei “Brasil Carbono Neutro 2050”, atualizando as metas brasileiras de redução de emissões de CO₂, compatibilizando-as com o Acordo de Paris; e*

(c) *proposta de fiscalização e controle do aumento dos desmatamentos na Amazônia e de ampliação dos investimentos no Plano de Prevenção e Controle dos Desmatamentos na Amazônia (PPCDAm).*

2.2 RAC - Rede de Advocacy Colaborativo

As ações do projeto #Radar foram desenvolvidas em parceria com a RAC, rede composta por organizações como Avina, Inesc, 350.org, WWF-Brasil, IDEC, Instituto Ethos, Instituto Escolhas, Instituto Clima e Sociedade, Instituto C&A, Pulso Público, Transparência Internacional, Dado Capital, dentre outros, atuando em diferentes frentes e buscando incidir nas pautas políticas do Congresso Nacional por meio do corpo a corpo com os políticos e de ações colaborativas das organizações da sociedade civil. O IDS coordena o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Socioambiental da RAC e, ao longo de 2019, colaborou para uma melhor estruturação da rede ao participar durante esse período de três oficinas de planejamento e promover mais de uma dezena de reuniões de atualização e estratégia.

Como resultado do trabalho desenvolvido no GT Socioambiental, também foram realizados encontros ao estilo Café da Manhã em Brasília-DF para falar com parlamentares e assessores legislativos sobre as principais pautas que envolvem os temas do clima e do desenvolvimento sustentável e que estão em votação. Foram realizados o **Café da Manhã da Frente Parlamentar Ambientalista “Lei Geral de Licenciamento Ambiental – O desafio de conciliar celeridade com boa gestão”**, em agosto; o **Café da Manhã Reforma Tributária e Sustentabilidade**, em outubro; e o **Café da Manhã com Parlamentares sobre a pauta Socioambiental**, em novembro.

2.3 Parceria com o portal de notícias Congresso em Foco

Uma importante parceria com o portal Congresso em Foco garantiu a visibilidade e a cobertura jornalísticas do trabalho e da articulação em torno dessas pautas que foram foco da atuação do IDS em Brasília. Com notícias, artigos e uma coluna assinada pelo advogado e coordenador do projeto, André Lima, foram transmitidas informações e análises sobre a agenda governamental e as principais movimentações e articulações do Parlamento nos temas de clima e sustentabilidade.

Foram mais de 400 mil visualizações nas 50 matérias jornalísticas especialmente produzidas pelo Congresso em Foco sobre as agendas de meio ambiente e clima pautadas e apoiadas pelo Projeto #Radar. Somente as notícias relativas ao Código Florestal alcançaram nas redes

do portal mais de 40 mil visualizações, com mais de 450 compartilhamentos no Twitter, e 700 compartilhamentos no Facebook. Ao todo, quase 90 mil usuários foram alcançados pelos tuítes mais visualizados.

Na coluna de André Lima sobre política e direitos socioambientais foram escritos ao todo 21 artigos ao longo do ano, examinando os principais assuntos relacionados à política ambiental nacional e às principais agendas no Congresso Nacional.

Prêmio Congresso em Foco

Outro destaque dessa parceria foi a criação da inédita categoria **“Parlamentares pelo Clima e Sustentabilidade”**, no já tradicional **Prêmio Congresso em Foco**, que reconhece a atuação de senadores e deputados federais que, durante o ano, mais se destacarem na defesa de propostas legislativas e de ações políticas que contribuam para a proteção dos recursos naturais e do clima e para o desenvolvimento sustentável. **A iniciativa do IDS com o projeto #Radar em criar essa nova categoria do prêmio** tem como finalidade valorizar os melhores parlamentares do Congresso Nacional e estimular a sociedade a acompanhar seus representantes de modo ativo, assim como a participar plenamente da vida política.



Na foto vemos Ricardo Young Silva, membro do Júri e presidente do IDS ao lado do vencedor Rodrigo Agostinho (PSB-SP), presidente da Comissão do Meio Ambiente da Câmara; André Lima, coordenador do Projeto RADAR; e dos demais premiados Sen. Fabiano Contarato (Rede-ES); Joênia Wapichana (Rede-RR), presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas e primeira deputada indígena do Brasil, e Sen. Randolfe Rodrigues (Rede-PE).

O **Prêmio Congresso em Foco 2019** teve como jurados o cientista político e professor universitário Creomar de Souza; a vice-presidente da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig), Ivonice Campos; a coordenadora do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Viviane Ponte Sena; o presidente do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), Ricardo Young; e o editor-executivo desse site, o jornalista Edson Sardinha.

O júri foi formado dessa maneira, com representantes do Congresso em Foco e dos setores acadêmico, empresarial, trabalhista e do terceiro setor, para garantir a pluralidade na votação dos melhores parlamentares do ano.

3. SEGURANÇA HÍDRICA

O quadro brasileiro é dramático quando o tema é segurança hídrica. Na perspectiva do acesso à água potável e ao esgotamento sanitário, dois direitos humanos fundamentais, o país ainda está longe de alcançar a meta de universalização até 2030, conforme explícito no ODS 6 e a própria meta nacional posta no Plano Nacional de Saneamento Básico de universalizar o acesso até 2033.



Segundo os dados oficiais do Ministério do Desenvolvimento Regional / SNIS, em relação à água, 81,6 milhões de brasileiros têm atendimento precário e 5,6 milhões não têm nenhum atendimento. Quando o assunto é esgoto, a realidade é ainda mais cruel: 100 milhões têm atendimento precário e 6,7 milhões não têm nenhum atendimento.

Os mananciais também sofrem pressões cada vez maiores com o avanço da impermeabilização do solo e de usos predatórios da água e do solo. Esse caos em termos de poluição e baixa eficiência é perceptível nos dados: em 2018 foram jogados na natureza 23 bilhões de litros de esgoto sem tratamento TODOS OS DIAS, enquanto a cada 100 litros de toda água captada e tratada perde-se na distribuição 38,4L.

As cidades, no geral, estão despreparadas para enfrentar o impacto das mudanças climáticas, seja pelas enchentes ou pela seca. Em 2018, um milhão de brasileiros foram prejudicados por cheias e inundações, e quase 43 milhões foram atingidos por secas e estiagens.

O IDS vem trabalhando na agenda de segurança hídrica há alguns anos, desde o contexto de crise hídrica em São Paulo e a atuação da Aliança pela Água. Ao longo do ano de 2019 o Instituto aprofundou seus estudos, elaborou recomendações e se articulou para que mudanças práticas se tornassem realidade. A partir de um olhar sistêmico para essa problemática, alguns trabalhos vêm sendo desenvolvidos, desde propostas centradas nos instrumentos econômicos para acelerar a universalização, até propostas de desenvolvimento local para áreas de mananciais.

Os desdobramentos das iniciativas relacionadas à segurança hídrica colaboram para a construção de um novo paradigma de cuidado com a água no Brasil, tendo os municípios e a sociedade como atores protagonistas dessa mudança. A água é o exemplo perfeito da indissociabilidade entre os valores da democracia e os da sustentabilidade, pois não é possível pensar qualquer um dos dois de forma isolada.

No entanto, um olhar vigilante também nessa agenda faz-se necessário na conjuntura atual. Como escrevemos em nosso [blog “Mais democracia, mais sustentabilidade”](#), até mesmo o Conselho de Recursos Hídricos teve a participação da sociedade civil diminuída.

Os trabalhos em desenvolvimento, apresentados a seguir, estão amparados no olhar sistêmico da Agenda 2030, com destaques muito práticos e visíveis nos ODS 6 (Saneamento), 11 (Cidades sustentáveis), 13 (Mudanças climáticas) e 15 (Florestas), sem desconsiderar os demais.



- a proteção dos mananciais;
- a promoção do reuso;
- a captação de água da chuva;
- a despoluição dos rios;
- a priorização e universalização do esgotamento sanitário;
- a redução de perdas na distribuição dos sistemas de saneamento básico e
- a indução ao consumo consciente.

3.1 Tarifa como instrumento para universalizar o saneamento básico

A tarifa é a principal fonte de investimentos em água e esgoto no Brasil. Os dados oficiais do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) apontam que só em 2018, 85% de todo investimento nesse setor foi financiado pela tarifa. Além de principal fonte de recursos, a tarifa é também o elo entre a sociedade e a realidade do saneamento básico e, mais do que isso, são os usuários que diretamente financiam os investimentos.

Desde 2016, no âmbito da Aliança pela Água, o IDS vem se debruçando sobre a tarifa, tema ainda fortemente restrito aos debates técnicos. Ao longo dos anos esse trabalho foi sendo aprofundado e, em 2019, deu um passo de extrema importância.

A partir de um trabalho que contou com a inspiração de 17 experiências nacionais e 13 internacionais, uma pesquisa de opinião junto ao Datafolha e reuniões

técnicas, o IDS propôs 23 recomendações para o aprimoramento da tarifa da Sabesp. As propostas foram organizadas em modelos de cobrança, questões sociais e de sustentabilidade, transparência e políticas públicas. As recomendações trataram de questões-chave como **garantia do acesso, a partir da tarifa social, para as famílias em situação de pobreza, investimentos nas áreas de mananciais custeados pela tarifa e remuneração do prestador atrelada a metas de performance.**

Com esse trabalho técnico o Instituto lançou a plataforma Segurancahidrica.idsbrasil.org, na qual a sociedade pode ter acesso às 23 recomendações e ao resultado da pesquisa de opinião com uma linguagem mais acessível e de uma forma mais interativa.



The screenshot shows the website interface for 'Segurança Hídrica'. At the top left is the logo of the Instituto Democracia e Sustentabilidade. A navigation menu includes 'Início', 'Princípios', 'Recomendações', 'Pesquisa de Opinião', and 'Sobre o IDS'. The main header features a background image of water being poured into a glass, with the title 'Segurança Hídrica' in large white letters. Below the title is the subtitle 'A tarifa de água como solução para um copo cheio'. The main content area has a teal heading 'Vamos falar sobre a nossa água' followed by a paragraph: 'Tão presente em nossas vidas, nos acostumamos a pensar que temos água o suficiente para sempre vermos o "copo meio cheio". Mas, a escassez e a contaminação das águas são realidades. Neste site são apresentadas propostas para uma nova tarifa de água e esgoto, um elemento central para alcançarmos nossa segurança hídrica.'

O lançamento oficial aconteceu em setembro com o debate **"Por uma tarifa de água e esgoto mais democrática e sustentável"**, em parceria com a Folha de S.Paulo. Um dos principais pontos levantados foi

a respeito do sistema de cálculo para os serviços de água e esgoto, muito complexo e difícil de ser compreendido pela sociedade. Existe uma necessidade urgente de uma maior transparência por parte das empresas prestadoras

de serviço para que a população entenda quanto e pelo o que paga de fato, sendo, portanto, uma das pedras basilares para alcançar a universalização. Participaram do lançamento o vice-presidente do IDS, João Paulo Capobianco, o Gerente de Águas da TNC Brasil, Samuel

Barreto, a Coordenadora do 2030 Water Resources Group, Stela Goldenstein, e o Representante da Abar e Diretor Administrativo e Financeiro da Ares-PCJ, Carlos Roberto de Oliveira.



Créditos: Keiny Andrade/Folhapress

Durante o debate foi apresentada a já citada [pesquisa de opinião](#) realizada pelo Datafolha a pedido do IDS, revelando que a questão do saneamento básico está entre as prioridades do paulistano. Segundo a amostragem, saneamento básico apareceu como terceiro item mais apontado na lista de prioridades que o poder público deveria investir, ficando atrás apenas de saúde e educação. Esse resultado demonstra que o paulistano se importa com os processos de coleta e tratamento que envolvem seu esgoto e abastecimento de água.

Outro desdobramento importante dessa iniciativa foi a concepção da campanha **#NossoCopoMeioVazio**, que buscou trazer visibilidade para a pauta com ações nas redes sociais. A água parece um bem abundante, recurso infinito que nos permite sempre ver o “copo meio cheio”, quando a realidade é bem mais dramática do que isso. Fazendo alusão à expressão popular que divide otimistas e pessimistas acerca de visões de mundo, o objetivo foi nos fazer refletir sobre a situação real das águas no Brasil e evidenciar a necessidade de políticas públicas baseadas em dados.



3.2 Articulações e debates

Como parte da estratégia institucional de dar prioridade para a agenda de segurança hídrica e de trabalhar de forma mais próxima aos municípios e à sociedade, protagonistas centrais para uma mudança de paradigma, destacam-se as seguintes iniciativas:

Segurança hídrica: uma agenda estratégica para os municípios frente às mudanças climáticas

Durante o II Fórum Brasileiro de Gestão Ambiental, organizado pela Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA), o IDS organizou um conjunto de debates e apresentações sobre a correlação entre segurança hídrica e mudanças climáticas. Estiveram presentes os professores Paulo Artaxo (USP) e Estela Neves (UFRJ), o Secretário Rogério Menezes (Meio Ambiente/Campinas) e o Prefeito Magno Bollmann (São Bento do Sul/SC). [Clique aqui para acessar a íntegra do debate no Fórum da ANAMMA.](#)

Adaptação climática e segurança hídrica na Baixada Santista

A convite do Iclei - Governos Locais pela Sustentabilidade, o IDS participou do processo de capacitação dos nove municípios da Baixada Santista (Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, São Vicente, Santos, Cubatão, Guarujá e Bertioga), tendo como foco os impactos das mudanças climáticas no ciclo hidrológico, com especial atenção para região costeira, e possíveis instrumentos para garantir uma maior resiliência e segurança hídrica. Essa contribuição do Instituto fez parte de um projeto conduzido pelo Iclei em parceria com a Cetesb e a WayCarbon.

Comissão de segurança hídrica na Prefeitura de SP

Um dos desdobramentos dos trabalhos no âmbito da Aliança pela Água foi a contribuição para a sanção da Lei Municipal 17.104, de 30 de maio de 2019, que instituiu a Política Municipal de Segurança Hídrica e Gestão das Águas no município de São Paulo. Esse fato representou uma vitória da sociedade civil organizada, fruto de um árduo trabalho coletivo, ao institucionalizar uma visão sistêmica sobre a agenda e incorporar as dimensões das mudanças climáticas, defesa civil, saneamento, recursos hídricos, meio ambiente, saúde, resíduos sólidos e controle social.



A partir dessa lei foi criada a Comissão de Segurança Hídrica, um fórum oficial da Prefeitura de São Paulo do qual o IDS é membro enquanto parte da Aliança pela Água, cujo objetivo é auxiliar no processo de estruturação e consolidação dessa política pública.

Protocolo de Monitoramento da Governança das Águas

O IDS coordenou, em colaboração com a Secretaria Executiva do Observatório da Governança das Águas (OGA) e com apoio da Fundação Grupo Boticário e do Instituto Trata Brasil, a aplicação do Protocolo de Monitoramento da Governança das Águas. O Protocolo é um método de avaliação da eficiência do funcionamento da governança descentralizada das águas no Brasil, construído de forma colaborativa ao longo dos anos no âmbito do OGA. O trabalho consistiu na aplicação desse instrumento nos Comitês de Bacias Hidrográficas dos rios Paraíba do Sul, São Francisco e Doce. Esse processo permitiu colaborar com a construção de indicadores próprios para a realidade de cada bacia, sinalizando possíveis aprimoramentos em suas respectivas governanças.

O IDS também participou de debates com parceiros, nos quais teve a oportunidade de posicionar o debate sobre segurança hídrica a partir dos trabalhos desenvolvidos abaixo:

- Entrega do trabalho **“Proposta de Desenvolvimento Rural Sustentável para a bacia do Descoberto”** ao Secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal, Sarney Filho / em parceria com o IABS e apoio da ONU Meio Ambiente;
- Workshop Banheiros Mudam Vidas / Neve e Instituto Iguá;
- Palestra no curso “Saneamento Básico como Direito Humano” / Instituto dos Advogados de São Paulo;
- Encontro da Frente Parlamentar em Defesa do Setor de Energia, Barragens, Saneamento Básico e Recursos Hídricos na Assembleia Legislativa de São Paulo;
- Fórum Global Partnership for Social Accountability – “Ensuring water and sanitation for all - how social accountability can help overcome water inequality and empower communities” / Banco Mundial (Washington);
- Oficina sobre acesso à informação e transparência no setor da água / Fundação Avina (Montevideo);
- Lançamento da Sustainable Sanitation Alliance (SuSanA), sessão regional da América Latina / em parceria com o Instituto Água e Saneamento (IAS);
- Oficina sobre a ferramenta Shit Diagram Flow / em parceria com a SuSanA e IAS e
- Debate no lançamento do Pacto Setorial pela Integridade do Setor de Limpeza Urbana, Resíduos Sólidos e Efluentes / Instituto Ethos e Pacto Global da ONU.



Debate do Pacto Setorial com Ethos e Pacto Global da ONU
Crédito: Felipe Abreu/Pacto Global

3.3 PL do novo marco legal do Saneamento

Desde 2018 tramitam no Congresso Nacional propostas para a alteração do marco legal do saneamento. Em dezembro de 2019, o IDS publicou uma nota de posicionamento sobre o texto em debate no Legislativo (à época o PL 3.261/19, atualmente o PL 4.162/19). No entendimento do Instituto, após diversas consultas com associados, especialistas e parceiros, os principais desafios estruturais do setor não estão refletidos no novo Marco Legal do Saneamento.

A construção de um novo paradigma para o setor deveria partir do reconhecimento do acesso à água potável e ao esgotamento sanitário como direitos humanos fundamentais. Infelizmente, não é isso que está em debate, tampouco há uma estratégia para o desenvolvimento de uma nova cultura de cuidado com a água, integrando diferentes setores e co-responsabilizando, por exemplo, o setor de saneamento sobre a proteção dos mananciais.

[Leia a íntegra da nota aqui](#)

MÍDIA E OPINIÃO

O IDS esteve presente na mídia com 54 inserções em veículos nacionais e internacionais, como Folha de S.Paulo, Estadão, Valor Econômico, Globo News, G1 e Deutsche Welle, além de veículos especializados na pauta ambiental e do desenvolvimento sustentável, como a revista Página 22, o site O Eco e eCycle. Os assuntos em destaque foram a Nova Lei de Licenciamento Ambiental e também a crise climática que levou aos incêndios na Floresta Amazônica no final de 2019.

Alguns destaques foram a participação do vice-presidente do IDS, João Paulo Capobianco, no programa Conversa com Bial, da TV Globo, acompanhando Marina Silva.

TV Globo | Conversa com Bial

O movimento contra ONGs

O biólogo e ambientalista **João Paulo Capobianco** entrou no tabuleiro e lembrou a política criada na época que integrou a secretaria do Meio Ambiente que levou o ritmo de desmatamento a uma queda histórica.

"Foi uma decisão de articular o governo, de forma integrada, e fazer enfrentamento, colocar ponto final na barbaridade que se cometeu no que diz respeito à lei e usar todos instrumentos de governo para que a lei fosse cumprida."

LINK DA MATÉRIA

Destacamos também a entrevista concedida por André Lima, associado do IDS e coordenador do projeto #RADAR ao jornal Nexo, sobre a o papel das ONGs na Amazônia e a perseguição que estas vêm sofrendo no atual governo.

Nexo - Qual o papel das ONGs ambientais na Amazônia

EXPRESSO

Qual o papel das ONGs ambientais na Amazônia

Camilo Rocha e Mariana Vick 01 de set de 2019 (atualizado 09/09/2019 às 15h45)

Bolsonaro responsabilizou organizações por queimadas e senador propõe CPI para investigá-las. Especialistas afirmam ONGs atuam onde o poder público não chega

NEKOEDU

TEMAS

MEIO AMBIENTE

SOCIEDADE

BRASIL

COMPARTILHE

FOTO: GERALDO KUBITZKI/REPRODUÇÃO

LINK DA MATÉRIA

Capobianco também participou do podcast Assunto, da jornalista Renata Lo Prete, do G1.

O Assunto #64: O que fazer para salvar a Amazônia após o maior desmatamento em 11 anos



O IDS, com o Projeto #Radar, no contexto da agenda climática, publicou três artigos em jornais de grande circulação no Brasil para falar sobre a crise climática e o descaso governamental.

Estadão - O joio e o trigo no agronegócio brasileiro



O Povo: A Amazônia na mira do presidente



Correio Braziliense: Os ataques ao Fundo Amazônia: um crime de lesa-pátria

[LINK DA MATÉRIA](#)

Os lançamentos da nossa atuação em Segurança Hídrica também renderam boa repercussão em diferentes veículos de comunicação:

Editorial Folha de São Paulo: O preço da água



Globo News - Poder Público é responsável por apenas 19% dos investimentos em saneamento básico, diz estudo



Folha de São Paulo: Estudo sugere revisão das tarifas da Sabesp



[LINK DA MATÉRIA](#)

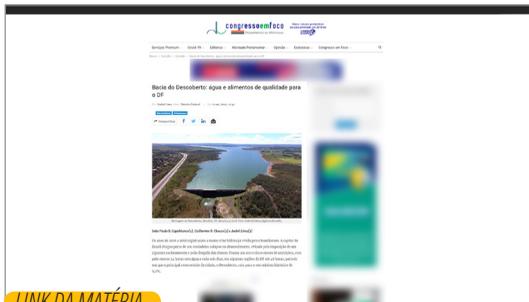
Além disso, publicamos um artigo no portal Nexo, de autoria de Guilherme Checco, coordenador de projetos do IDS, sobre o estudo de recomendações para a revisão da tarifa de água e esgoto como principal caminho para a melhoria do

Nexo Jornal: A conta de água como principal alavanca para o saneamento

[LINK DA MATÉRIA](#)

Todo o estudo sobre a Bacia do Alto descoberto rendeu ainda a publicação de um artigo sobre o assunto escrito por João Paulo Capobianco, André Lima e Guilherme Checco, que foi publicado no portal Congresso em Foco. O trabalho repercutiu também na Revista Página 22, especializada em questões ambientais e de desenvolvimento sustentável.

Congresso em Foco: Bacia do Descoberto: água e alimentos de qualidade para o DF



[LINK DA MATÉRIA](#)

Revista Página 22: Agricultores e familiares protegem manancial que abastece o Distrito Federal



[LINK DA MATÉRIA](#)

Também tivemos outros artigos em jornais de grande circulação no Brasil para falar sobre questões que envolvem a agenda da água e saneamento.

Estadão: Depois do Meio Ambiente, chegou a vez do Conselho de Recursos Hídricos ser enfraquecido



[LINK DA MATÉRIA](#)

Water Integrity Network - Inovações na gestão das águas nos municípios de São Paulo: protagonismo da sociedade civil



[LINK DA MATÉRIA](#)

Além dos artigos e notícias que trouxeram visibilidade para as pautas do IDS, outra ação comunicacional ganhou destaque no ano de 2019: a parceria com o **Arq.Futuro** para a produção de uma série de vídeos sobre segurança hídrica no programa **Guetonomia**. Fundado em 2011, o Arq.Futuro é uma plataforma de discussão sobre o futuro das cidades, com o objetivo de democratizar a informação sobre temas urbanos e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das cidades brasileiras. O Guetonomia é um programa voltado ao público da periferia em que os participantes decifram conceitos importantes da economia, usando exemplos do dia-a-dia.

Sob o comando do projeto **Por que? - economês em bom português** foram produzidos 4 vídeos sobre a propriedade da água como um bem de consumo, a importância da conservação das áreas de mananciais, a destinação do esgoto nas cidades e o modo como é calculada a conta de água e esgoto no município de São Paulo. Os vídeos podem ser acessados no youtube do IDS.

REDES SOCIAIS IDS



42.273
seguidores



1.040
seguidores



3.042
seguidores



820
inscritos

IDS 10 ANOS

Finalmente, em comemoração aos 10 anos do IDS, produzimos uma série de cards para as redes sociais, lembrando os nossos momentos mais marcantes.

#1

Entre 2009 e 2014, o IDS envolveu 111 especialistas e mais de 280 colaboradores na construção coletiva da *Plataforma Brasil Democrático Sustentável*.



#2

Em 2012, o IDS participou da Campanha *Floresta Faz a Diferença*, para alertar a sociedade sobre as ameaças à preservação das florestas no texto do novo Código Florestal que estava em discussão no Congresso Nacional.



#3

Desde 2014 o IDS integra a *Coalizão Brasil Clima Florestas e Agricultura*, apoiando a construção de consensos e agendas positivas entre ambientalistas e o setor agro.



#4

Em 2015, o IDS lançou a pesquisa *Crise Hídrica e a Mídia* e preocupado com a falta de espaço do tema na agenda pública apoiou em 2016 a Campanha *#VotePelaÁgua* junto com a rede Aliança pela Água.



#5

Em parceria com o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo - IEA/USP, o IDS promoveu um *ciclo de debates sobre a Amazônia* e o primeiro *Seminário sobre o Pacto Federativo brasileiro*.



#6

Desde 2016, o IDS apoia anualmente a elaboração do *Relatório Luz do GT da Sociedade Civil para Agenda 2030* que monitora a implementação dos 17 ODS no Brasil.



#7

Em 2017, IDS lança o estudo *Mananciais Paulistas*, em parceria com Poli e IEE/USP, que identifica áreas prioritárias para restauração e conservação nos mananciais da macrometrópole.



#8

Em 2019, o IDS apresentou 23 recomendações para conta de água da Sabesp, com a Campanha *#NossaCopaMeioVazio*.



#9

Em 2019, o IDS apresentou a proposta de *Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável para a Bacia do Descoberto*, a maior bacia de abastecimento do Distrito Federal.



#10

Em 2019, o IDS inicia o projeto *Radar Clima e Sustentabilidade*, para evitar retrocessos nas conquistas e direitos socioambientais na atual conjuntura do país.



Créditos: Tainah Fernandes

AÇÕES EM REDE E PARCERIAS

Acreditamos que um trabalho articulado com outras organizações da sociedade civil para atingir um objetivo comum é primordial em uma sociedade democrática e sustentável. Por isso, em 2019, o IDS esteve presente em diversas ações coletivas e, por muitas vezes, assumiu o papel de facilitador ou coordenador das ações. **Conheça as redes das quais o IDS faz parte:**



aliança pela água

A Aliança pela Água é uma rede de organizações da sociedade civil que desenvolve ações visando à segurança hídrica em São Paulo. Desde 2014, o IDS faz parte de seu Conselho Gestor, participando intensamente dos debates e contribuindo com a realização das atividades da rede de parceiros.



COALIZÃO BRASIL
CLIMA FLORESTAS E AGRICULTURA
www.coalizaobr.com.br

A Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura é um movimento multissetorial que reúne mais de 120 empresas, associações setoriais, centros de pesquisa e organizações da sociedade civil em torno do interesse de contribuir para o avanço e a sinergia das agendas de proteção, conservação e uso sustentável das florestas, agricultura sustentável e mitigação e adaptação às mudanças climáticas no Brasil e no mundo. O IDS faz parte do Grupo Estratégico da Coalizão.



GTSC Agenda 2030

O GT Agenda 2030 trabalha para garantir a implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no país. O GT Agenda 2030 foi formalizado em 9 de setembro de 2014 e atualmente é composto por mais de 40 organizações da sociedade civil, entre elas o IDS, que atua como co-facilitador da rede, junto com a Gestos e a ACT.



MAPBIOMIAS

Com o objetivo de compreender com mais profundidade a dinâmica de uso da terra no Brasil e produzir informações e mapeamentos inéditos, foi criado o Projeto **MapBiomias**. Composto por uma rede de mais de 20 organizações dentre ONGs, universidades, centros de pesquisa e de tecnologia, o MapBiomias produz mapas e relatórios anuais da cobertura e uso do solo no Brasil de 1985 até os dias atuais, disponibilizados em uma plataforma digital para a sociedade. O IDS é uma das organizações que participou da criação do projeto e atualmente é responsável pelo registro e memória de suas atividades.



OBSERVATÓRIO DAS ÁGUAS

O Observatório da Governança das Águas é um movimento multissetorial que reúne uma rede de 85 instituições do poder público, do setor privado, de organizações da sociedade civil, além de indivíduos que reconhecem a necessidade de monitorar o desempenho dos Sistemas Nacional e Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, considerado um grande motor para o fortalecimento da gestão das águas no Brasil. O IDS integra a rede como parte do Comitê Gestor.



OBSERVATÓRIO DO CLIMA

Fundado em 2002, o Observatório do Clima é uma rede de articulação entre organizações da sociedade civil, como o IDS, que passou a integrá-la em 2019, cujo objetivo é discutir a questão das mudanças climáticas no contexto brasileiro. O OC promove encontros com especialistas na área, além de articular os atores sociais para que o governo brasileiro assuma compromissos e crie políticas públicas efetivas em favor da mitigação e da adaptação do Brasil em relação à mudança do clima.



OBSERVATÓRIO DO CÓDIGO FLORESTAL

Criado em 2013, o Observatório do Código Florestal é uma rede formada por 30 instituições, que monitora a implantação da nova Lei Florestal (Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012) com a intenção de fornecer informações que colaborem com a potencialização dos aspectos positivos e a mitigação de aspectos negativos da nova Lei Florestal e de evitar retrocessos. O IDS também passou a integrar essa rede em 2019.



PACTO PELA DEMOCRACIA

O Pacto pela Democracia é uma rede de articulação entre organizações da sociedade civil nascida em 2018 e voltada à defesa e ao aprimoramento da vida política e democrática no Brasil. Atualmente, a rede é composta por mais de 120 organizações, entre elas o IDS, que passou a fazer parte em 2019.

Rede de Advocacy Colaborativo

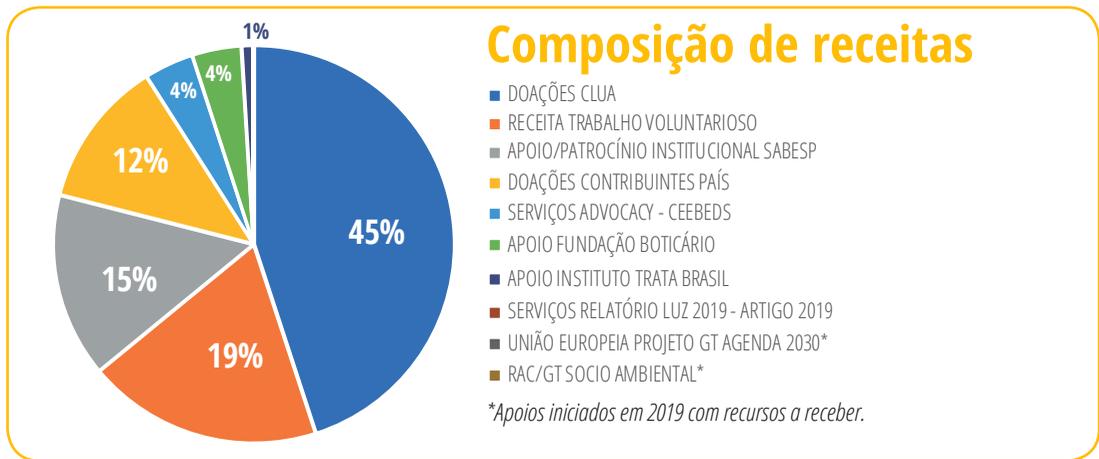
A Rede de Advocacy Colaborativo (RAC) surgiu como uma plataforma de cooperação de recursos entre organizações da sociedade civil para a incidência organizada junto ao Parlamento Federal em quatro campos: socioambiental, direitos humanos, transparência e integridade e nova economia. Atualmente, são 58 organizações de diferentes portes e regiões do Brasil que participam desse espaço, como o IDS, que coordena o GT de Desenvolvimento Socioambiental.

RESULTADOS FINANCEIROS

O IDS contou com importantes parceiros para viabilizar as suas atividades em 2019 e, assim, conseguiu aumentar a sua operação para entregar mais ações e resultados à sociedade.

O Instituto contou com o apoio institucional da sua associada fundadora, Maria Alice Setubal, logo no início do ano, um período desafiador para a organização e, graças à Neca, o IDS pôde avançar nas suas agendas estratégicas. A CLUA - Climate and Land Use Alliance foi a principal doadora em 2019 e garantiu o início dos trabalhos do Projeto #Radar Clima & Sustentabilidade, além da realização do Seminário "O papel dos governos locais frente à crise climática", primeiro da série de diálogos sobre o Pacto Federativo. O projeto #Radar foi depois reforçado pelo CEBEDS para que o IDS apoiasse as ações de advocacy da Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura e pela Rede de Advocacy Coletivo. Na agenda de segurança hídrica, o apoio da Sabesp para a

continuidade e finalização do estudo que elaborou as 23 recomendações para a tarifa de água e esgoto também representou um percentual significativo das receitas do Instituto, como no ano anterior. Contamos também com o apoio da Fundação Boticário e a doação do Instituto Trata Brasil, que permitiram o apoio do IDS ao trabalho realizado pelo OGA, que resultou no Protocolo de Monitoramento de Governança das Águas. As ações no marco do GT da Agenda 2030 contam com o apoio da União Europeia, por meio de um projeto de três anos do qual o IDS é co-beneficiário junto com a Gestos, a ACT, a Artigo 19 e a Visão Mundial. E, para que todos esses trabalhos fossem realizados, o Instituto também contou com o envolvimento do seu Conselho Diretor na definição de estratégias e na orientação da equipe executiva. Por sua contribuição e recomendação quanto às normas contábeis para o setor, as suas horas de trabalho dedicadas voluntariamente também estão valorizadas nas demonstrações.



O IDS se esforçou para otimizar ao máximo o resultado dos recursos que empenhou nas suas atividades e objetivos. As despesas administrativa e de pessoal fixo da organização representam uma fatia pequena do orçamento anual. A dinâmica colaborativa da equipe

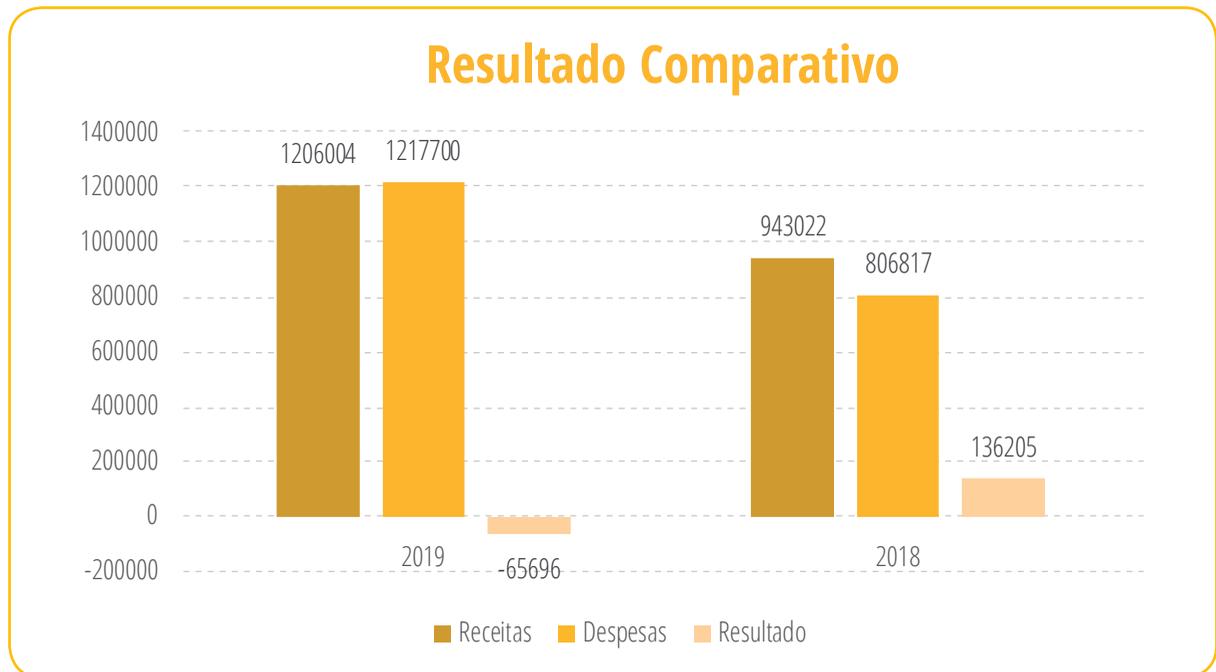
executiva foi, nesse sentido, fundamental para a realização de um conjunto de iniciativas e ações, junto com outros parceiros e em múltiplas frentes de atuação, com foco nos projetos e no impacto do Instituto.



Os valores estão em Reais (R\$).

Como vimos, o projeto Radar Clima e Sustentabilidade representou os maiores investimentos da organização, gerando resultados determinantes para a agenda socioambiental no Congresso Brasileiro, seguido dos esforços empreendidos na agenda de Segurança Hídrica, com o projeto que trouxe recomendações estruturantes para a regulação e melhoria dos serviços de água e saneamento por meio da tarifa e das ações no eixo de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável.

A dedicação dos conselheiros está igualmente representada na relação de despesas e demonstra a sua importância para a governança e representação do Instituto junto aos seus parceiros e financiadores e no apoio à execução dos projetos.



Nota: Os dados refletem os resultados de receitas e despesas operacionais (não incluem as receitas e despesas financeiras, disponíveis nas Demonstrações Financeiras de 2019)

Finalmente, comparado a 2018, o período de 2019 foi de crescimento para o IDS, com aumento da sua operação, projetos e parcerias, e ampliação do conjunto das suas receitas e despesas. Ainda assim, alguns desafios permanecem. Entre eles, a criação de fontes de captação diversificadas, constantes de apoio institucional para o trabalho que é desenvolvido pelo Instituto.

O déficit de aproximadamente R\$ 65,7 mil reais mostra que os custos de equipe e de administração estiverem parcialmente descobertos, o que aumenta a responsabilidade de buscarmos novos apoios e parceiros em 2020, que junto conosco pensem a democracia e a sustentabilidade no longo prazo e deem segurança institucional para o avanço das agendas estratégicas promovidas pela organização.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019

**Acompanhe o IDS nas Redes Sociais
e entre em contato!**

Agradecemos a companhia!



Instituto Democracia e Sustentabilidade

ids@idsbrasil.org
+55 11 3071-0434
www.idsbrasil.org



/IDSBrasil



@ids_brasil



@ids_brasil



/idsbrasilquequeremos